

## ***Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV***

### ***Chevaliers et Écuyers à Porto au début du 15<sup>ème</sup> siècle***

### ***Caballeros y Escuderos en el Porto de principios del siglo XV***

### ***Knights and Squires in the early 15<sup>th</sup> century Porto***

Marco Alexandre Ribeiro  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
marcoribeiro107@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho procura entender a verificável presença de “cavaleiros” e “escudeiros” nas sessões camarárias do Porto nos finais do século XIV e inícios do século XV, recorrendo aos livros de Atas de Vereação do período em análise, mas também através do cruzamento com outras fontes documentais. Pretendemos compreender de que forma conviveu esta realidade com o privilégio que a cidade há muito guardava e pelo qual permanentemente lutou durante séculos, pelo menos até ao reinado de D. Manuel I, que impedia a residência e/ou permanência de fidalgos no espaço interior dos muros do Porto.

**Palavras-chave:** Privilégios urbanos, Estratos sociais, Nobreza, Elites municipais

**Abstract:** This paper seeks to understand the verifiable presence of “knights” and “squires” in the municipal council meetings in Porto in the late 14<sup>th</sup> and early 15<sup>th</sup> centuries, using the books of “Atas de Vereação” of the period under analysis, but also by crossing with other documentary sources. We try to understand how this reality coexisted with the privilege that the city had long held and for which it permanently fought for centuries, at least until the reign of D. Manuel I, which prevented the residence and/or stay of noblemen within the walls of the city.

**Keywords:** Urban privileges, Social strata, Nobility, Municipal elites

**Résumé:** Ce travail cherche à comprendre la présence vérifiable des “chevaliers” et des “écuyers” dans les séances de la mairie de Porto à la fin du XIV<sup>e</sup> et au début du XV<sup>e</sup> siècles, en utilisant les livres “Atas de Vereação” de la période analysée, mais aussi en croisant d'autres sources documentaires. Nous voulons évaluer comment cette réalité a coexisté avec le privilège que la ville détenait depuis longtemps et pour lequel elle s'est battue en permanence pendant des siècles, du moins jusqu'au règne de D. Manuel I, qui empêchait la résidence et/ou le séjour des nobles dans l'enceinte de la ville.

**Mots-clés:** Privilèges urbains, Strates sociales, Noblesse, Élites municipales

**Resumen:** Este trabajo trata de comprender la presencia comprobable de “caballeros” y “escuderos” en las sesiones del concejo municipal de Porto a finales del siglo XIV y principios del XV, utilizando los libros de actas del concejo del periodo analizado, pero también mediante referencias cruzadas con otras fuentes documentales. Buscamos entender cómo esta realidad convivía con el privilegio que la ciudad ostentaba desde hacía tiempo y por el que había luchado permanentemente durante siglos, al menos hasta el reinado de D. Manuel I, que impedía la residencia y/o estancia de los nobles dentro de las murallas.

**Palabras-clave:** Privilegios urbanos, Estratos sociales, Nobleza, Elites municipales

## **1. Enquadramento temático**

“O cidadão do Porto não era um português qualquer; mas, por definição, o mais livre e humano de todos eles. Ter o bispo encerrado no paço, ou fulminando anátemas

desde Roma, e os fidalgos bem longe dos muros da cidade, eis o ideal dos cidadãos do Porto” (Cortesão, 1967: 60).

Cidade de encantos para a historiografia do século XIX e inícios do XX, o Porto surge-nos assim descrita pelo historiador Jaime Cortesão, não sendo poupada a elogios pelos seus contemporâneos. Governado, desde cedo na história do Reino de Portugal por uma elite camarária aparentemente anti-aristocrática e anti-clerical (ou pelo menos assim a historiografia da referida época o quis fazer parecer), o Porto assume para estes historiadores, preocupados com os rumos da sociedade do seu tempo, um papel de destaque precisamente devido a esta peculiar característica. Tal imagem construída durante décadas pela historiografia “liberal”<sup>1</sup> moldou a nossa forma de analisar o papel do Porto e dos portuenses na reconstrução historiográfica do Portugal medievo. É, por isso, com esta perspetiva que iniciamos este nosso estudo.

Na cidade do Porto, pelo menos desde o final do século XIV, mas provavelmente já antes, a nobreza viu impedida a sua residência e sofreu uma limitação à sua estadia no espaço interior das muralhas portuenses (Ferreira, 1948). Esta foi desde cedo uma luta em que se aplicaram tanto os elementos do governo local, como os próprios bispos; a nenhum interessava a permanência de privilegiados dentro da cidade, esforçando-se numa resistência conjunta pela manutenção deste privilégio ao longo pelo menos de toda a Idade Média portuguesa, ainda que os motivos fossem ser distintos entre os dois “grupos” (Sousa, 2014).

Contudo, analisando os livros de Atas de Vereação da Câmara do Porto para o período final do século XIV e primeira metade do século XV, facilmente deparamos com a presença de vários elementos identificados como *cavaleiros* ou *escudeiros*, títulos normalmente associados à nobreza medieval.

Esta situação faz levantar a dúvida acerca da manutenção do privilégio anteriormente referido. Se a nobreza estava proibida de residir ou permanecer por um longo período dentro dos muros da cidade, quem eram estes indivíduos? Estamos perante a diluição de um dos maiores privilégios da cidade do Porto? Serão estes indivíduos

---

<sup>1</sup> Tal termo poderá gerar um complexo debate, pelo que me permito uma breve clarificação. Com “liberal” pretendo identificar todos os historiadores de meados do século XIX até ao seu final, independentemente dos seus projetos políticos, sociais e económicos. Sobre os percursos da historiografia em tempos de liberalismo existem já diversas obras que tive, aliás, oportunidade de aprofundar em um outro trabalho que aqui me atrevo a citar (Ribeiro, 2020).

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

nobres a quem a cidade reconhecia o direito de permanência? Se sim, porquê? Ou, por outro lado, serão eles membros do Povo, como defende Oliveira Marques? Burgueses que por via do enriquecimento económico e envolvimento na vida política portuguesa haviam caminhado num sentido de nobilitação? Ou ainda, estaremos perante uma prova de que estes títulos não eram mais identificativos de uma “classe social”<sup>2</sup> privilegiada? Eram eles reconhecimento de um Senhor perante serviços a ele prestados?

Muitas são as questões que esta situação nos coloca; procuramos aqui dar uma resposta tendo por base os livros de Atas de Vereação para o período cronológico em estudo, mas também os contributos que a historiografia portuguesa nos deixou até ao momento.

## 2. Abordagem contextual

Parece arriscada a tarefa a que aqui nos propomos. Traçar um panorama geral da cidade do Porto (e da sociedade portuguesa) no período final do século XIV e inícios do XV motivou já muitos e muito diversos estudos, mais ou menos densos, geradores de maiores ou menores debates historiográficos. Não pretendemos alongar muito estas questões, nem, por outro lado, tecer considerações demasiado vagas e generalizadoras que em nada auxiliariam o leitor. Existem, no entanto, alguns aspetos que devem ser abordados para melhor compreendermos as condições materiais de existência da sociedade do período em análise; a base material de onde estes agentes e as suas ações partiam. Procuraremos, por isso, partir do conhecimento já produzido por outros colegas historiadores, numa tentativa de enquadrar a presença de *cavaleiros e escudeiros* nas atas camarárias do Porto na cronologia identificada.

---

<sup>2</sup> A aplicabilidade do conceito de “classe social” a um grupo de indivíduos da época medieval é um tema controverso, largamente debatido ao longo de todo o século XX e devidamente identificado e esclarecido por Armindo de Sousa, no seu capítulo “Classes”, no volume II da História de Portugal dirigida por José Mattoso, para o qual remetemos o leitor, avançando com a utilização do mesmo sob a perspetiva de Pierre Bourdieu, patente na referida obra: “a nossa ideia de «classe social», que é a de Pierre Bourdieu: «Conjunto de agentes sociais que estão colocados em condições de existência homogéneas, isto é, em condições de existência que impõem condicionamentos homogéneos e produzem sistemas de disposições homogéneas, uns e outros geradores de práticas semelhantes; os quais agentes possuem propriedades comuns, umas ‘objectivadas’, inclusive garantidas juridicamente (posso de bens e ou de poderes), outras ‘incorporadas’, como os *habitus* de classe (e particularmente, os sistemas de categorias classificatórias).»” (Sousa, 1997: 342).

## 2.1. A cidade em inícios de quatrocentos

O Porto medieval é frequentemente revisitado pela historiografia portuguesa. Desde os tempos do liberalismo, ainda no século XIX, esta cidade assume, no contexto historiográfico, uma importância vital para a compreensão da vida medieval do reino de Portugal. Não citaremos, evidentemente, todos os estudos alguma vez realizados sobre este centro urbano, mas importa compreender algumas das linhas de análise que têm marcado os trabalhos sobre o mesmo, nomeadamente no período cronológico mais próximo de nós. Não olvidando as emblemáticas obras de António Cruz e Damião Peres (Cruz; Peres, 1962–1965), ou de Torquato de Sousa Soares (Soares, 1989<sup>3</sup>), as últimas décadas têm-nos oferecido inovadoras visões mais gerais ou mais específicas sobre o desenrolar da vida na urbe portuense do período medieval. Destacamos o capítulo de Armindo de Sousa inserido na *História do Porto*, dirigida por Luís de Oliveira Ramos (Sousa, 1994), e ainda os volumes 1 a 5 (correspondentes ao período medieval) da coleção *História do Porto*, lançada em 2010 pela editora Quidnovi, com a colaboração de uma vasta equipa de investigadores<sup>4</sup>.

No que ao governo municipal diz respeito, assistimos, especialmente após o regime democrático que desconstruiu o regime ditatorial que vigorava no país desde 1926, a uma multiplicação de estudos sobre os poderes concelhios, de entre os quais destacamos os de Joaquim Romero Magalhães e Maria Helena da Cruz Coelho (Magalhães; Coelho, 2008)<sup>5</sup>, e ainda os de Baquero Moreno (Moreno, 1986), Luís Miguel Duarte (Duarte, 2001) e António Matos Reis (Reis, 2007). Com o importante apoio do Gabinete de História da Cidade do Porto (e também pela orientação do Professor Baquero Moreno), podemos contar também com diversas dissertações de mestrado apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade do Porto sobre o período e espaço geográfico que aqui nos ocupam e às quais voltaremos mais adiante.

Porto, cidade virada na inevitável direção do mar e da vida além dele, um espaço propício para o desenvolvimento de práticas comerciais, pela proximidade do Atlântico e

---

<sup>3</sup> 1ª edição de 1935.

<sup>4</sup> Cada uma das referências bibliográficas (dos vários volumes referidos) encontrar-se-á ao longo do texto, estando também disponíveis na lista final de bibliografia.

<sup>5</sup> Da mesma autora (Maria Helena da Cruz Coelho), destacamos também um artigo que nos dá a conhecer o “deve e o haver historiográfico” sobre o poder concelhio medieval (Coelho, 2006) e ainda o seu ensaio sobre o “Estado e as Sociedades urbanas” (Coelho, 1997).

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

pela fraca capacidade produtiva do seu solo, um importante centro económico e comercial no reino português. A partir do alto do morro da Sé, mandavam na cidade os bispos (seus senhores) e o governo local (desde, pelo menos, a carta de foral atribuída pelo bispo D. Hugo, em 1123).

Em 1406, após a assinatura de um contrato entre o bispo portuense (senhor da urbe desde a doação de D. Teresa, em 1120) e o rei (D. João I), a cidade passa a depender diretamente do poder régio no que à jurisdição civil dizia respeito. Os conflitos que marcaram a relação entre os bispos do Porto e o poder municipal ao longo de toda a Idade Média<sup>6</sup> não terminarão com a assinatura deste contrato. Porém, é fácil entender que terão assumido diferentes contornos, uma vez que, a partir de então, o poder régio dentro da cidade do Porto se avocou como o mais preponderante, avocação esta há muito desejada pela burguesia, que “emergia, desejava poder político e ansiava por libertar-se da feudotaria bispal. Preferia a do rei, afirma-o” (Sousa, 1994: 76).

Desde a carta de foral do século XII até este evento, os dois poderes portuenses vão trocar entre si duros golpes numa constante luta pelo domínio da cidade. Contudo, há uma causa que partilham e na qual ambos se vão aplicar veementemente: a manutenção da nobreza fora dos muros da cidade<sup>7</sup>. A esta, a permanência na cidade encontrava-se restringida: “só de três dias em qualquer ponto da cidade e nunca, exceto quando o rei estivesse no burgo, na Rua dos Mercadores, das Eiras e em casas de viúvas” (Sousa, 1994: 205).

Não lhe era permitida a residência na cidade do Porto por um período de mais de três dias. “Como eles, também os abades bentos e os mestres e priores de ordens militares” (Sousa, 1994: 205). Eram elementos cuja presença na cidade do Porto era pouco desejada pela burguesia portuense por uma razão bem clara: a proteção das famílias, dos bens e das muralhas, dado que, por exigência da profissão, os mercadores ter-se-iam frequentemente de ausentar da cidade.

“Liberta” a cidade do bispo, o governo municipal caminha a passos largos no sentido de uma crescente autonomização, aproveitando a *boa memória* de D. João I, a quem a cidade havia oferecido um apoio claro em 1383, correndo enormes riscos. Este

---

<sup>6</sup> Sobre os conflitos entre a elite concelhia e os bispos portuenses vejam-se, por todos, (Almeida, 2010), (Oliveira, 1989) e (Sousa, 2014), este último especialmente para a primeira metade do século XV e os anos 50.

<sup>7</sup> Sobre este privilégio veja-se Ferreira (1948) e Duarte (1985).

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

reinado significou para o Porto uma excelente oportunidade de crescimento e afirmação política no contexto português, que os governantes da urbe souberam, e bem, aproveitar.

O período de regência do infante D. Pedro (irmão do falecido monarca D. Duarte) significou para a cidade do Porto um novo momento de importantes decisões. Apoiando o infante, a quem se opunham a rainha (D. Leonor de Aragão) e os seus seguidores, entre os quais se destacava o Duque de Bragança, D. Afonso (que começava a desenvolver um particular interesse pelo Porto), a cidade viu a sua autonomia em perigo.

Quando, em 1448, o infante é definitivamente afastado da regência do Reino e D. Afonso V inicia o seu governo, segue-se um período de autêntico “assalto aos cargos municipais” (Miranda *et al.*, 2010: 79) na cidade que havia apoiado a regência do infante. Este é, de facto, um dos mais graves problemas da cidade do Porto no período analisado, o que se prova até pela leitura das atas de Vereação. São vários os momentos em que existem referências a esta complexa situação, como se vê na análise das reuniões em que os *cavaleiros e escudeiros* aqui trabalhados surgem<sup>8</sup>.

## **2.2. Cavaleiros e Escudeiros, um panorama geral da sociedade medieval portuguesa**

O debate em torno das divisões sociais da Idade Média em Portugal tem sido muito produtivo. Tomando como ponto de partida as considerações gerais sobre a sociedade medieval portuguesa nas *Histórias de Portugal* dirigidas por José Mattoso – mais concretamente o volume 2 (Sousa, 1997: 327-404)<sup>9</sup> – e por Joel Serrão e Oliveira Marques<sup>10</sup> – nomeadamente o volume 4 (Marques, 1987: 220-278) – somos capazes de identificar uma crescente preocupação com as categorias sociais medievais e processos

---

<sup>8</sup> Veja-se, a título de exemplo, a enorme assiduidade do escudeiro Filipe Anes, corregedor da Comarca de Entre-Douro-e-Minho, patente na tabela 2 (em anexo) nas reuniões camarárias, que nos indica, de alguma forma, uma clara intromissão régia nos assuntos municipais. Este mesmo corregedor é inclusive incumbido pelo monarca (Afonso V) de “fazer romper com todos os pelouros que têm feito dos oficiais dos concelhos e novamente se [fizessem] outros por três anos” (*Vereações: anos de 1401–1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo* (1980), Porto, Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, p. 352). Ou então o caso do escudeiro Rodrigo Afonso, nomeado Meirinho da Maia a pedido do Duque de Bragança.

<sup>9</sup> Não se deverá, contudo, esquecer alguns outros títulos de José Mattoso, que trataram mais detalhadamente aspetos da sociedade medieval portuguesa (Mattoso, 2001 e Mattoso, 2001).

<sup>10</sup> Deste autor considere-se também a sua análise dos aspetos da vida quotidiana (Marques, 2010).

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

de mobilidade, especialmente dentro dos principais centros urbanos do reino, com um olhar atento sobre as elites concelhias.

A tradicional tripartição da sociedade, que distingue os dois grupos privilegiados (nobreza e clero) do grande grupo que representa o Povo, com as suas eventuais divisões internas, não é já capaz de dar respostas suficientes às questões que hoje levantamos sobre a sociedade medieval portuguesa. O interesse renovado de que os poderes concelhios têm sido alvo não se tem restringido apenas ao foro político, englobando também abordagens socioeconómicas que nos permitem cada vez mais conhecer com maior segurança a realidade da vida quotidiana dentro dos centros urbanos<sup>11</sup>.

Acompanhando as tendências historiográficas do resto da Europa, nomeadamente do país vizinho, com o qual partilhamos tantos percursos históricos de alguma forma semelhantes<sup>12</sup>, assistimos a uma crescente multiplicação de estudos sobre as elites camarárias e os seus processos de mobilidade social verificáveis no período final da Idade Média e inícios da Modernidade<sup>13</sup>. Para o caso do Porto, embora existam já diversos trabalhos (como já referimos), o presente texto insere-se numa área de investigação ainda por explorar e, cremos, fértil.

É nos meandros da sociedade medieval portuguesa que encontramos os *cavaleiros* e *escudeiros* que aqui são objeto de estudo e que constituem, antes de mais, um grupo difícil de encaixar de forma definitiva num estrato social específico. É que, embora o título de cavaleiro fosse um atributo quase exclusivo da nobreza em certos momentos da história, verificamos que, ao chegarmos ao final do século XIV e inícios do século XV, este é um título que tem um valor em grande medida meramente honorífico. Por sua vez,

---

<sup>11</sup> Os estudos têm sido desenvolvidos ao longo de todo o país e têm-se preocupado em cobrir, pelo menos, os principais centros urbanos medievais portugueses, pela importância política e económica destes centros, sem dúvida, mas também pela maior acessibilidade às fontes que nos permitem compreender estas realidades. Um primeiro destaque para a obra de Humberto Baquero Moreno (Moreno, 1994). Para o caso de Lisboa destacamos os trabalhos de Mário Farelo, nomeadamente a sua tese de Doutoramento, que versa precisamente sobre a oligarquia da câmara desta cidade (Farelo, 2008); já para o Porto, são incontornáveis as obras de Adelaide Millán Costa (Costa, 1993 e 1999); mais recentemente, a cidade de Évora foi também estudada por Joaquim Serra (Serra, 2018 e Se2012), depois da excelente tese de doutoramento de Ângela Beirante.

<sup>12</sup> Tenham-se, a título de exemplo, dois destacados investigadores nas temáticas aqui em estudo, como Martin Aurell – (Aurell, 2016 e 1996) – ou José Antonio Jara Fuente – (Jara Fuente, 2013, 2012-2014 e 2014).

<sup>13</sup> Neste contexto destacamos alguns trabalhos reunidos na obra *Categorias Sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, editada por Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros, nomeadamente os de Mário Viana (Viana, 2012), Adelaide Millán Costa (Costa, 2012), Manuela Santos Silva (Silva, 2012) e Hermínia Vasconcelos Vilar (Vilar, 2012).

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

os escudeiros se, num primeiro momento era atributo de um serviçal do cavaleiro, cedo também provou constituir um novo estatuto dentro da nobreza portuguesa. Mas ambos podem ser aplicados, e foram-no com frequência, a membros das camadas superiores do “Povo”.

A cavalaria constituía, numa conceção primitiva, o grupo de sujeitos capazes de comprar e manter um cavalo, bem como o armamento completo para o combate a cavalo. Contando com evoluções e desenvolvimentos ao longo do desenrolar da história e da sociedade feudal, este grupo, regido por um conjunto de normas de conduta moral e social, vai sofrendo mutações, sentindo não só o ‘aligeirar’ da ética cristã, mas também, e sobretudo, a força centralizadora do poder real da primeira dinastia portuguesa, que a “transforma numa elite diretamente submetida à vontade do rei” (Marques, 1999-2000: 27). Chegando ao final do século XIV, o título de cavaleiro passa a ter um cariz que se resume, normalmente, a um mero estatuto que se atribui a quem possuía a capacidade expressa ou tácita, como nos lembra Oliveira Marques, de comprar a categoria social.

Assim, o estatuto de cavaleiro torna-se com o passar dos anos numa demonstração da capacidade económica do indivíduo, para além de ser também, de alguma forma, um modo de distinção e elevação social dentro do grupo. A questão que aqui se prende é: que grupo? Ou ainda: só um grupo?

O texto de Mário Viana (Viana, 2012) mostra-nos também uma outra possibilidade de resposta a esta questão e que aqui ainda não abordámos: a *cavalaria vilã* e a formação de uma “cavalaria urbana”. Embora a realidade analisada por este autor seja distinta em diversas formas da cidade do Porto, não poderemos esquecer algumas ideias importantes. A *cavalaria vilã*, não sendo constituída por indivíduos que a ela tinham ascendido por direitos de hereditariedade ou por nobreza da família, agrupava homens dos vários concelhos que prestavam serviço militar a cavalo ao rei. Muitos deles consistiam precisamente nos *homens bons* dos concelhos, os elementos das elites camarárias do reino que buscavam pela guerra e o serviço ao senhor uma possível ascensão social. Para além disso, o período que aqui analisamos é posterior à lei de D. Dinis de 1305 (Viana, 2012: 64), que chama à figura do monarca a exclusividade da nomeação dos homens dos



Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

concelhos como *cavaleiros*,<sup>14</sup> demonstrando vários objetivos distintos e que nos evidenciam, uma vez mais, o processo de centralização régia.

Entre a *cavalaria vilã* e a “*cavalaria per naturam*” (Viana, 2012: 62), no final do século XIV e inícios do XV são complexos os limites identitários que nos permitem distinguir com certezas os indivíduos que compõem estes grupos. Armindo de Sousa, no seu capítulo dedicado aos *cavaleiros*, no segundo volume da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso (Sousa, 1997: 375–375) evidencia também a proliferação dos títulos de cavalaria no período final do século XV, que foi aliás reportada por elementos da nobreza a Afonso V e mais tarde ao seu filho João II. Contudo, este autor parece encaixar o título enquanto um atributo da “*média nobreza*”, o que aqui nos parece, à partida, não ser tão linear. Por outro lado, faz também menção à circunstância que motivou este nosso estudo, a presença de *escudeiros*<sup>15</sup> nas sessões camarárias do Porto e a sua efetiva participação na vida política da urbe, nomeadamente através da ocupação de cargos concelhios. Resta compreender então se estes são ou não membros da nobreza e, em caso afirmativo, o que faziam dentro dos muros desta cidade ‘protegida’.

No quarto volume da sua *História de Portugal*, Oliveira Marques aponta-nos a *cavalaria* enquanto um estrato social dentro do povo, ainda que numa clara posição privilegiada em relação aos demais membros, “*todos eles médios ou grandes proprietários rurais e urbanos, em grande parte absentistas, vivendo nas cidades. Neles se recrutava o grosso dos cidadãos dos concelhos, dos eleitores e dos eleitos para as funções municipais superiores, mormente nos maiores centros*” (Marques, 1987: 264). Este é o cenário que o autor nos oferece para o final do século XIV e meados do século XV.

O *escudeiro* era, por sua vez, uma espécie de acompanhante e serviço do *cavaleiro*, por definição, encarregado de transportar o seu escudo e auxiliando-o no ofício da guerra, sendo para este um elemento indispensável. O estatuto poderia remeter para uma categoria de nobreza, mas também do povo (*escudeiro não fidalgo*), estando num patamar social inferior ao do cavaleiro (Matos, 1999–2000: 430–431).

Considerando todos estes aspetos, como é sabido, o período final da Idade Média portuguesa foi também um período de bastante agitação social. Fruto dos

---

<sup>14</sup> O rei poderia também dar autorizações para que outros indivíduos fizessem isso, mas apenas com este mandado do monarca, como Mário Viana frisa.

<sup>15</sup> Nesta situação específica, Armindo de Sousa apenas refere os *escudeiros*. Adiante veremos a comprovação desta situação.

desenvolvimentos políticos do Reino, da evolução da sociedade e também do poder económico-financeiro de certos grupos ou indivíduos, assistimos a um período de quedas, mas também de ascensões sociais: destaco a procura de nobilitação dos vários elementos que constituíam as elites políticas e económicas das localidades, numa clara tentativa de afirmação social. Poderíamos propor à partida esta realidade para o caso dos *cavaleiros* e *escudeiros* que encontramos referidos nas Atas de Vereação aqui em estudo para a cidade do Porto, não fosse o privilégio de que temos falado.

Assumindo que esta é a realidade do Porto do final do século XIV e inícios do século XV, como poderemos verificar que a cidade se mantém firme na sua supostamente incansável luta pela manutenção deste tão importante privilégio? Como se poderia conjugar esta realidade com este privilégio?

### **3. Cavaleiros e Escudeiros no Porto de finais do século XIV e primeira metade do século XV**

#### **3.1. Opções metodológicas**

O percurso de investigação que suportou o resultado aqui apresentado nasceu de um contacto aprofundado com as Atas de Vereação portuenses, importantes conjuntos documentais para a compreensão de diversos assuntos da gestão da vida das gentes da cidade, mas também do reino. Esse contacto, que resultou na divulgação pública da transcrição de mais um livro de atas medievais, que me permito aqui citar (Ribeiro, 2019), pôs em evidência a circunstância da qual este breve estudo parte: a presença de *cavaleiros* e *escudeiros* nas sessões camarárias do Porto de finais do século XIV e inícios do século XV<sup>16</sup>. As atas deste período cronológico são, por isso, a fonte documental por excelência pela facilidade de acesso que a elas temos (todos os livros que cobrem esta cronologia se encontram já transcritos e publicados) e também por cobrirem um período cronológico

---

<sup>16</sup> Ainda que esta situação se mantenha no final deste século, como o estudo supracitado evidencia.

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

coincidente com o que aqui tratamos: os anos finais do século XIV (no caso concreto de 1390-1395)<sup>17</sup> e a primeira metade do século XV (1401-1449).<sup>18</sup>

Estes conjuntos documentais se, por um lado, constituem fontes de uma riqueza extrema, por outro apresentam também limitações quanto à sua utilização e análise<sup>19</sup>. Primeiramente é um corpo de fontes que, cobrindo um vasto período cronológico, têm algumas interrupções: não dispomos (em particular para a primeira metade do século XV, que corresponde ao período mais extenso que analisámos) de todas as atas de todos os anos ‘autárquicos’ que medeiam as balizas cronológicas. Se para alguns anos concretos a documentação é abundante, para outros as atas são raras (ou inexistentes). Esta limitação constitui o primeiro entrave a um estudo mais sistemático do tema.

Além disto, tentemos compreender o que significam estas atas. São escritas por um oficial escolhido e nomeado pelo Concelho, para um período de três anos (só excepcionalmente renovável, e para tal era obrigatória a autorização régia. Este oficial era um elemento de importância fulcral dentro dos governos concelhios, uma vez que estava de posse das informações mais preciosas, tinha acesso a reuniões muito restritas e geria o arquivo municipal e, em geral, todos os atos escritos da Câmara, a começar pelas Atas das vereações. Por isso muitos poderosos tentarão, sempre sem êxito, serem eles a nomear o escrivão da câmara. Ao escrivão estava reservada a tarefa do registo dos assuntos considerados ‘de relevo’ discutidos nas várias sessões camarárias, não todas e quaisquer discussões tidas nas reuniões dos Paços do Concelho, mas apenas aquelas que interessavam às elites governativas, optando por omitir discussões mais ásperas ou intervenções ‘incómodas’ que essas elites preferiam esquecer.

Com estas limitações, são documentos muito ricos, e a fonte principal deste estudo. Partindo das atas presentes nos três livros apresentados (livros 0, 1 e 2)<sup>20</sup> seleccionámos

<sup>17</sup> *Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Pôrto existentes no seu Arquivo* (1937), Porto, Câmara Municipal do Porto.

<sup>18</sup> Apresentamos aqui dois livros distintos, um que cobre o período de 1401 a 1449 (com algumas limitações, que veremos adiante) (*Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo* (1980), Porto, Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade) e outro que incide sobre o ano jurídico de 1431–1432 (*Vereações: 1431-1432: Livro I (com o quadro cronológico e índice dos livros anteriormente publicados)* (1985). Leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto).

<sup>19</sup> Sobre as potencialidades deste tipo específico de fontes, vejam-se, por todos, dois trabalhos de Adelaide Millán Costa: Costa, 1992 e 2003.

<sup>20</sup> A numeração dos livros é posterior à Idade Média, possivelmente do século XIX (Ribeiro, 2019: 47). No caso dos livros aqui utilizados, optamos por não seguir esta sequência numérica, apresentando-os sempre na seguinte ordem: Livro 0 (1390–95), Livro 2 (1401–1449) e Livro 1 (1431–32) (vejam-se as tabelas em

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

todas as referências a *cavaleiro* e a *escudeiro* para, a partir delas, aprofundarmos a análise aos indivíduos associados a estes títulos. Construimos as tabelas que apresentamos em anexo partindo destas referências; cada número presente nas tabelas corresponde às páginas em que surge o indivíduo em questão, no entanto apenas aparecem associados ao título (*cavaleiro* ou *escudeiro*) nas páginas assinaladas na secção “Obs” (Observações). Estes indivíduos não eram, como fomos capazes de compreender, sempre identificados com os respetivos títulos, surgindo por diversas vezes em outras reuniões camarárias apenas com o seu nome ou então com outros cargos administrativos que desempenhavam. A identificação dos *cavaleiros* e *escudeiros* permitiu o posterior levantamento de todas as referências a cada um dos indivíduos associados a estes títulos, que apresentamos também nas referidas tabelas – e sempre levando ao máximo rigor a possível distinção de homónimos.

Cruzando esta informação com outros elementos que nos poderão ajudar na compreensão do presente objeto de estudo<sup>21</sup>, verificamos a presença de diversos indivíduos identificados como “cavaleiro” ou “escudeiro” na cidade do Porto ao longo da cronologia em análise.

Para além das Atas de Vereação, a informação contida em outras fontes, especialmente na *Documentação medieval do arquivo paroquial de S. Pedro de Miragaia* e nos *Subsídios Documentais para o Estudo da Propriedade Imobiliária no Concelho do Porto no Período Medieval*, permite-nos acrescentar informações relativas a alguns dos indivíduos, como os títulos, propriedades, cargos ocupados e até mesmo alguns aspetos da vida pessoal. Para além disto, é ainda de grande importância a referência a muitos mais *cavaleiros* e *escudeiros* que não constam nas atas de vereação e que eram proprietários de imóveis dentro do termo da cidade do Porto.

Na obra *Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do Século XV* são referidos 12 escudeiros e 2 cavaleiros, entre o “rol dos *cidadãos honrados* que governaram o Porto em meados do século XV” (Sousa, 2014: 403–405).

### 3.2. A diluição de um privilégio?

---

anexo – os números correspondentes a cada um dos indivíduos correspondem às páginas em que aparecem os seus nomes nos três livros analisados).

<sup>21</sup> Para cruzamento de informações utilizar-se-ão as informações obtidas através da leitura paleográfica das seguintes fontes: Ferramosca & Duarte, 2001; Duarte & Amaral, 1984; Amaral, 1987-1988). Para além destas, a obra Sousa, 2014: 385-458 será também fundamental.

Identificados estes indivíduos, teremos de compreender o grupo social em que se poderiam englobar, avaliando a possibilidade de diluição do antigo privilégio da cidade sobre a manutenção da nobreza fora dos muros e que, aliás, é preocupação constante ao longo dos vários anos de vereações, no final do século XIV, como em meados e finais do século XV. Estando aquele grupo social proibido de permanecer na cidade por mais de três dias, serão estes indivíduos do Povo? Ou poderão não residir efetivamente na cidade? Por outro lado, poderão também ser membros de uma nobreza que não representava quaisquer perigos para a autonomia do governo municipal.

Começaremos pela possibilidade de não residência destes indivíduos na cidade, ou melhor dizendo, de não permanência dentro dos muros. Tal hipótese, embora plausível para alguns dos indivíduos aqui em análise (já que apenas são referidos pontualmente<sup>22</sup> ou aparecem em reuniões camarárias em representação do seu senhor<sup>23</sup>), não apresenta grande sustentação quando pensamos em outros exemplos. São, por exemplo, os casos dos *cavaleiros* Álvaro Gonçalves da Maia, vedor da Fazenda, que aparece referido nos três livros de atas e apresenta demasiada assiduidade (com presença física evidenciada pela lista de presenças e também pelas assinaturas) nas sessões camarárias para, pelo menos, não podermos considerar que se encontrasse instalado dentro dos muros da cidade por um período superior a três dias. Ou ainda Fernão de Sá, alcaide-mor da cidade, que é também presença assídua num conjunto de reuniões seguidas no Livro 1. Este indivíduo é efetivamente nobre<sup>24</sup> e tudo indica que possa ter residência dentro dos muros da cidade<sup>25</sup>. Os Sás, como alcaides-mores, tinham um Paço no Porto e poderiam passar na cidade o tempo que entendessem.

---

<sup>22</sup> É o caso, por exemplo, de Rodrigo de Avidos, escudeiro do infante D. Pedro, que nos surge referido numa transcrição de uma carta enviada à cidade pela rainha D. Leonor.

<sup>23</sup> Veja-se, a título de exemplo, o caso de Diogo Gonçalves, escudeiro do Duque de Bragança, D. Afonso.

<sup>24</sup> Sobre a alcaidaria do Porto não existem ainda trabalhos de fundo que nos permitam compreender em pormenor a realidade da família dos Sá e a sua relação com o Porto desde a outorga da alcaidaria a João Rodrigues de Sá pelo monarca D. João I. Existem, contudo, alguns projetos de investigação em curso que poderão vir a responder a esta lacuna na historiografia sobre a cidade portuense.

<sup>25</sup> Em sessões camarárias são referidos os “Paços de João Rodrigues de Sá” (pai de Fernão de Sá e alcaide-mor antes deste) (*Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo* (1980), p. 170). Para além disto, e em resultado de sugestão do colega investigador Hugo Cardoso, que elaborou, para o Seminário de História Medieval da Licenciatura em História da Faculdade de Letras do Porto, um trabalho intitulado *Filhos de algo – os Sás como Alcaides-mores do Porto entre 1392 e 1499* (Porto: FLUP, 2021), é possível encontrar outras referências documentais a estes “Paços” em documentos do cabido do Porto (ADP, *Cartório do Cabido da Sé do Porto, Livro dos Originais*, Livro 30, fl. 21).

Paralelamente, se, como vimos, podemos identificar no seio deste universo de indivíduos alguns membros da nobreza, certamente também poderemos admitir que alguns seriam parte integrante do grande e heterogéneo grupo que era o Povo medieval. Acolhendo mercadores, ourives, sapateiros, carneiros, pobres e mendigos, vagabundos e prostitutas, o Povo incluía uma variedade muito grande de pessoas<sup>26</sup> que se distinguiam por vários fatores de divisão social, a começar por um: o trabalho. Tal fator colocava-os em patamares sociais distintos (ainda que dentro do mesmo grande grupo) e em condições materiais de existência muito díspares. Assim, estamos certos de que dentro do Povo encontraríamos alguns *cavaleiros* e *escudeiros*, precisamente pela relativa perda de valor (enquanto fator de distinção entre classe social) destes títulos que anteriormente analisamos e pelo prestígio e riqueza que esses homens tivessem adquirido.

Por sua vez, é também fulcral analisar os cargos exercidos por estes indivíduos no governo da cidade do Porto e seu termo. Analisando as Atas de Vereação vão-nos surgindo diversos nomes associados a alguns cargos de relativa importância na gestão da vida portuense e das regiões circundantes, como Meirinhos<sup>27</sup> ou Corregedores<sup>28</sup>, para além dos Alcaides<sup>29</sup>. Damos conta, portanto, da envolvimento destes *cavaleiros* e *escudeiros* no governo portuense, não sendo difícil pensar que tais sujeitos não representariam grandes entraves à autonomia do governo da cidade (mesmo tendo em consideração todo o ambiente político que se vivia principalmente no período da regência de D. Pedro e inícios do governo de D. Afonso V). Se tal fosse o caso, os oficiais camarários prontamente correriam ao poder central pela defesa das suas liberdades e privilégios, como tão frequentemente o faziam.

Parece-nos, por tudo isto, claro que no interior das muralhas da cidade do Porto, ao contrário do que seria de esperar tendo em conta o privilégio da cidade, residiam ou pelo menos permaneciam por períodos superiores a três dias vários *cavaleiros* e *escudeiros* que tinham, aliás, um papel de relevo na vida política e administrativa da cidade, como provam os cargos por estes indivíduos exercidos e atrás apresentados. Será razoavelmente seguro afirmar que entre eles existiriam alguns elementos da nobreza. No entanto, não é

---

<sup>26</sup> Lembramos aqui os estudos sobre a sociedade medieval portuguesa que apresentámos acima.

<sup>27</sup> São os casos dos escudeiros Rui Afonso e Rodrigo Afonso.

<sup>28</sup> Escudeiros Estêvão Anes da Ponte e Filipe Anes.

<sup>29</sup> O Alcaide-mor Fernão de Sá (cavaleiro) e os alcaides-pequenos Diogo Leite e João Afonso de Carapeços (escudeiros).

difícil acreditar que muitos destes indivíduos fossem elementos do Povo, que por algum serviço prestado, ou pela realidade para a qual atrás alertámos acerca destes títulos ao longo do período final da Idade Média, haviam conseguido este estatuto. Isto leva-nos a crer que poderão ter residido efetivamente alguns elementos da nobreza dentro dos muros da cidade do Porto, mas a maioria destes indivíduos aqui analisados não serão mais do que elementos do Povo que haviam ascendido económica e politicamente, o que lhes permitiu também uma ascensão social (não significando necessariamente uma inclusão no grupo da nobreza, mas antes uma distinção dentro do Povo).

Tudo isto não significa, por outro lado, que no termo do Porto a nobreza não se pudesse fixar, o que efetivamente fez; era ao redor desta cidade que se encontravam numerosos elementos da nobreza portuguesa. “Residia nas proximidades do burgo, como no documento supra (carta de D. Fernando) se diz, a maior parte da nobreza de Portugal e aqui possuíam os nobres, e além deles certas igrejas e ordens religiosas, numerosas propriedades, coutos e honras.” (Ferreira, 1948: 288). Prova maior disso é a enorme quantidade de honras, quintãs e casas honradas que se podem encontrar no termo do Porto<sup>30</sup>.

#### **4. Considerações finais**

O reinado de D. Manuel I (1495-1521) significou mais um fortalecimento do poder real, que caminhava a passos largos para se afirmar como um poder absoluto no Reino de Portugal. Assiste-se a uma perda de poder das instituições locais, num processo de centralização do poder régio que já há muito vinha a ser desenvolvido. No caso da cidade do Porto, esta interferência régia na sua vida política levou a uma perda da autonomia municipal e, claro está, a uma perda considerável de influência da oligarquia que governava a urbe. Tudo isto confere à cidade do Porto toda uma nova conceção. O Porto será sempre uma cidade virada para o mar, para o comércio internacional e ultramarino, mas no decorrer do século XVI e daí em diante, deixará de possuir a autonomia governamental de que até então gozava. Entre as principais mudanças que o reinado de D. Manuel I trouxe ao Porto, destaca-se o fim do privilégio de não residência de fidalgos

---

<sup>30</sup> Veja-se (Sottomayor-Pizarro, 1994).

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

dentro da cerca muralhada da cidade, ainda que esta situação registe os seus avanços e recuos numa fase inicial<sup>31</sup>.

O reinado de D. João III significou já a imposição desta nova realidade na vida portuense. Com o desenrolar dos anos, este privilégio começou a perder o seu sentido por diversas razões, entre as quais o próprio caminho no sentido da nobilitação das camadas mais altas do Povo, como também a perda de significado que estes títulos sofreram ao longo do desenrolar da história política, social e económica da Idade Média portuguesa, e a ‘urbanização’ da fidalguia, que deixou de ser o pesadelo de uma cidade comercial e burguesa para se tornar num grupo de habitantes que lhe conferiam distinção e outras pautas de consumo.

O privilégio de não residência de fidalgos foi, sem qualquer dúvida, absolutamente fundamental para o governo local medieval portuense. Privilégio em que a câmara se recusa a ceder, como nos provam os vários episódios de choque violento entre a cidade e alguns nobres que ousaram fazer face às determinações dos poderes locais. Contudo, parece-nos também claro que o governo camarário não atuou da mesma forma em relação a todos os elementos da nobreza. A relação que a cidade estabelece com nobres como os da casa de Bragança<sup>32</sup>, os Coutinho<sup>33</sup> ou os Pereira<sup>34</sup>, que desde cedo mostraram um interesse em dominá-la politicamente, não será a mesma que estabelece com um fidalgo ‘menor’, que não representava qualquer risco para a autonomia do governo local, pelo que a sua permanência ou até mesmo residência num espaço intramuros não seria de forma alguma incomodativa ou ameaçadora.

Paralelamente, parece-nos que a maioria dos *cavaleiros* e *escudeiros* que encontramos nas Atas de Vereação do final do século XIV e primeira metade do XV seriam elementos do vasto e heterogéneo grupo do Povo. Neste ‘grupo social’ cabiam muitos e muito distintos elementos, cabendo também, cremos, estes titulares de um estatuto que, embora possa ter tido significado nobiliárquico numa fase mais primitiva do

---

<sup>31</sup> Sobre o fim da autonomia municipal vejam-se Machado (2006) e Patriarca (2010).

<sup>32</sup> Lembre-se o particular interesse que o duque Afonso I de Bragança desenvolveu sobre a cidade do Porto, em muito auxiliado pelo ambiente político que se estabeleceu ao longo do reinado de D. Afonso V, sobretudo após o afastamento político de D. Pedro, cuja regência a cidade do Porto havia apoiado após a morte de D. Duarte.

<sup>33</sup> Sobre a relação da Câmara do Porto com os Coutinho após o reinado de D. João I veja-se Azevedo (1938: 26-34).

<sup>34</sup> Lembre-se a pressão que Rui Pereira sentiu por parte da cidade quando ocupou uma casa dentro das muralhas, corria o ano de 1474, levando ao marcante e conhecido episódio do incêndio desta mesma casa – e de várias outras na mesma rua, provocado por habitantes do burgo.



Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

conceito, era no final do século XIV um mero título honorífico, não constituindo uma nobilitação da burguesia, por um lado, nem afirmando com certeza a presença de nobres na cidade do Porto do final da Idade Média, por outro.

Parece claro que a luta pela manutenção do privilégio portuense foi uma realidade que se manteve durante séculos, pelo menos até ao final do reinado de D. Manuel I, que a cidade vai constantemente resistir no sentido de não se quebrar este privilégio. Contudo, como vimos, o reinado de D. João III e a própria realidade da sociedade do Porto vão marcar a dissolução deste tão antigo e outrora tão valioso privilégio. Até aqui, a cidade aplicar-se-á com todos os seus recursos para manter do lado de fora dos muros os elementos da nobreza portuguesa (ou pelo menos alguns), luta na qual o bispo também desempenhou um papel fundamental, visto que a nenhuma das duas forças do poder interessava esta presença no espaço citadino.

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

### **Bibliografia:**

#### **Fontes Publicadas:**

AMARAL, Luís Carlos (1987-1988), “Subsídios Documentais para o Estudo da Propriedade Imobiliária no Concelho do Porto no Período Medieval”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, II série, vol. 5/6, pp. 55-132.

DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos (1984), “Documentação Medieval do Arquivo Paroquial de S. Pedro de Miragaia”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, II série, vol. 2, pp. 87–120. Disponível em: [http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/P-B-2035/P-B-2035.htm](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/P-B-2035/P-B-2035.htm).

FERRAMOSCA, Fabiano; DUARTE, Luís Miguel (2001), *Livro da Abertura da Rua Nova*, Cascais, Patrimonia.

*Vereações: 1431–1432: Livro I (com o quadro cronológico e índice dos livros anteriormente publicados)* (1985), Leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto.

*Vereações: anos de 1390–1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Pôrto existentes no seu Arquivo* (1937), Porto, Câmara Municipal do Porto.

*Vereações: anos de 1401–1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo* (1980), Porto, Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade.

#### **Estudos:**

ALMEIDA, Paula Cardoso (2010), *O poder dos bispos: de D. Hugo a D. Vicente Mendes*, Matosinhos, Quidnovi.

AURELL, Martin (coord.) (2016), *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media. XLII SEMANA DE ESTUDIOS MEDIEVALES*, Estella-Lizarra, Gobierno de Navarra.

AURELL, Martin (1996), “La chevalerie urbaine en Occitanie (fin Xe-début XIIIe siècle)”, in *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 27<sup>e</sup> Congrès*, Rome, pp. 71-118.

AZEVEDO, Agostinho (1938), “Os Coutinhos e a Maia”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, fasc. 1, pp. 26–34. Disponível em: [http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/P-B-2035/P-B-2035.htm](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/P-B-2035/P-B-2035.htm).

- Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1997), “O Estado e as Sociedades Urbanas”, in Maria Helena da Cruz Coelho, Armando Luís de Carvalho Homem, Armando Justino Almeida, *A Génese do Estado Moderno em Portugal*, Lisboa, Universidade Autónoma Editora, pp. 269-292.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2006), “O Poder Concelhio em Tempos Medievais: o “deve” e “haver” historiográfico”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, III série, vol. 7, pp. 19-34.
- CORTESÃO, Jaime (1967), *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*, Lisboa, Portugalia.
- COSTA, Adelaide (2003), “As actas camarárias portuguesas da Idade Média: questões em aberto”, in Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos (coords.), *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem a Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. I, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 81-86.
- COSTA, Adelaide Millán (1993), *Vereação e vereadores. O Governo urbano do Porto em finais do século XV*, Porto, Arquivo Histórico-CMP.
- COSTA, Adelaide Millán (1999), *Projecção espacial de domínios das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*, Lisboa, Edição da Autora.
- COSTA, Adelaide Millán (2012), “O domínio sobre homens e territórios enquanto fator de identidade social: Coruche e os concelhos limítrofes (séculos XIV e XV)”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros (ed.), *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, Évora, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 99-128.
- COSTA, Adelaide Millán (1992), “Uma Fonte, um Universo: Vereações e Mundo Urbano”, *Penélope. Fazer e desfazer a História*, n. 7, pp. 35-47.
- CRUZ, António; PERES, Damião (dir.) (1962–1965), *História da Cidade do Porto*, 3 vols., Porto, Portucalense Editora.
- Dicionário de História de Portugal* (1999–2000), Joel Serrão (coord.), vol. II, Porto, Figueirinhas.
- DUARTE, Luís Miguel (1985), “Um burgo medieval que muda de senhor. Episódios da vida do Porto medievo”, *Ler História*, n° 5, pp. 3-16.
- DUARTE, Luís Miguel (2001), “Os melhores da terra (um questionário para o caso português)”, in F. Themudo Barata (ed.), *Elites e redes clientelares na Idade Média. Problemas Metodológicos. Actas do colóquio*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 91-106.

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

FARELO, M. S. da Silva (2008), *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*, Lisboa, Edição do Autor.

FERREIRA, J. A. Pinto (1948), “O Porto e a Residência dos Fidalgos (subsídios para a sua História)”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XI, Fasc. 3, pp. 266-338. Disponível em: [http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/P-B-2035/P-B-2035.htm](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/P-B-2035/P-B-2035.htm).

JARA FUENTE, José Antonio (coord.) (2014), *Ante su identidad. La ciudad hispánica en la Baja Edad Media*, Castilla-La Mancha, Ediciones de Castilla-La Mancha.

JARA FUENTE, José Antonio (2013), “Didáctica de las relaciones políticas ciudad-nobleza en la cuenca del siglo XV. ‘Çercada de muchos contrarios’”, *Edad Media: revista de historia*, n. 14, pp. 105-127.

JARA FUENTE, José Antonio (2012–2014), “Integrar, excluir, dominar. Relaciones de poder y conflicto político en la Castilla urbana del siglo XV”, *Anales de la Universidad de Alicante: Historia Medieval*, n. 18, pp. 95-118.

MACHADO, Maria de Fátima (2006), “D. Manuel e o Porto: o fim da autonomia municipal” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 337-350.

MAGALHÃES, Joaquim Romero; COELHO, Maria Helena da Cruz (2008), *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes: notas da história social*, 2ª ed., Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1987), *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, in Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Presença.

MARQUES, A. H. de Oliveira (2010), *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*, 6ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros.

MATTOSO, José (2001), *Identificação de um país: composição*, Lisboa, Círculo de Leitores.

MATTOSO, José (2001), *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: narrativas dos livros de linhagens*, Lisboa, Círculo de Leitores.

MIRANDA, Flávio (2010), *A cidade dos mercadores: da luta pelo poder civil às guerras fernandinas*, Matosinhos, Quidnovi.

MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; DUARTE, Luís Miguel (2010), *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*, Matosinhos, Quidnovi.

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

MORENO, Humberto Baquero (1986), *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença.

MORENO, Humberto Baquero (1994), “As Oligarquias Urbanas e as Primeiras Burguesias em Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto - História*, II série, vol. 11, pp. 111-136.

OLIVEIRA, Miguel (1989), “O Senhorio da Cidade do Porto e as Primeiras Questões com os Bispos”, *Lusitania Sacra*, t. IV, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica, pp. 29-60.

PATRIARCA, Raquel (2010), *Ambições régias: o declínio do poder municipal*, Matosinhos, Quidnovi.

REIS, António Matos (2007), *História dos Municípios [1050-1383]*, Lisboa, Livros Horizonte.

RIBEIRO, Marco Alexandre (2019), *As atas de vereação do Porto de 1485 a 1488: Leitura paleográfica, publicação e estudo prévio*, Porto, Edição do Autor.

RIBEIRO, Marco Alexandre (2020), “O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa”, *História. Revista da FLUP*, IV série, vol. 10/1, pp. 153-172.

SEQUEIRA, Joana Isabel (2010), *Como nasce uma cidade: das origens ao Condado Portucalense*, Matosinhos, Quidnovi.

SERRA, Joaquim Bastos (2012), “Os ‘Façanha’. Uma família da oligarquia eborense nos finais de trezentos”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros (ed.), *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, Évora, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 163–186.

SERRA, Joaquim Bastos (2018), *Governar a cidade e servir o rei: A oligarquia concelhia em Évora em tempos medievais (1367-1433). Nouvelle édition*, Évora, CIDEHUS. Disponível em: <http://books.openedition.org/cidehus/3288>.

SILVA, Manuela Santos (2012), “Distinções sociais em concelhos régios medievais do Oeste português”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros (ed.), *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, Évora, Edições Colibri/CIDEHUS-EU, pp. 129–144.

SOARES, Torquato de Sousa (1989), *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Pôrto durante a Idade Média*, Porto, Livraria Civilização.

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (1994), “A Propriedade Privilegiada no Termo do Porto”, in *Henrique, o Navegador*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 63–65.

SOUSA, Armindo de (1994), “Os Bispos do Porto e o Poder Central na Idade Média”, in *Henrique, o Navegador*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 75-78.

SOUSA, Armindo de (1994), “Tempos Medievais”, in Luís A. De Oliveira Ramos (ed.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 120-253.

SOUSA, Armindo de (1997), “1325–1480”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal. A monarquia feudal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 311-556.

SOUSA, Armindo de (2014), “Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV”, in Luís Miguel Duarte, Luís Carlos Amaral, André Evangelista Marques (org.), *O parlamento medieval português e outros estudos*, 1ª ed., Porto, Fio da Palavra, pp. 385-458.

VIANA, Mário (2012), “Os cavaleiros de Santarém na segunda metade do século XIII”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros (ed.), *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, Évora, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 61–82.

VILAR, Hermínia Vasconcelos (2012), “Da vilania à nobreza: trajetórias de ascensão e de consolidação no Sul de Portugal (séculos XIV–XV). Distinções sociais em concelhos régios medievais do Oeste português”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros (ed.), *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, Évora, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 145–162.

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

## Anexos

**Tabela 1 – Cavaleiros (páginas em que surgem mencionados)**

	Livro 0	Livro 2	Livro 1	Obs.
<b>Álvaro Gonçalves da Maia</b>	222	221; 226; 238; 250; 252; 255; 297; 303; 311; 326; 408; 440; 454; 478	60; 64; 83; 84; 86; 87; 90; 92; 102; 104; 105; 108; 114	Só surge com o título de cavaleiro das atas do Livro 2 (454) e Livro 1 (90; 102); Surge com o título de Vedor da Fazenda no Livro 0 (222) e no Livro 1 (60); Existem outros "Álvaro Gonçalves", não sendo claro se algum deles poderá ser este cavaleiro.
<b>Fernando Álvares</b>	-	235; 252; 255; 303; 305; 319; 350	-	Só surge com o título de cavaleiro nas atas do Livro 2 (319; 350)
<b>Fernão Anes</b>	-	-	30; 53; 58; 69; 81; 102; 110; 112; 114; 116; 121	Só surge com o título de cavaleiro nas atas do Livro 1 (30; 53; 58; 81; 102; 110; 112; 114; 116; 121)
<b>Fernão de Sá</b>	-	200; 231; 239; 272; 275; 281; 305; 341; 350; 373; 391; 396; 398; 400; 402; 411; 474	100	Só surge com o título de cavaleiro nas atas do Livro 2 (239; 275; 350; 373); Alcaide-mor do Porto
<b>João Rodrigues</b>	-	-	85; 89	Só surge com o título de cavaleiro nas atas do Livro 1 (85; 89); Poderá ser o mesmo que algum dos outros "João Rodrigues"
<b>João Rodrigues Taborda</b>	-	227; 239; 250; 252; 255; 272; 289; 303; 474	27; 29; 30; 36; 51; 53-56; 58; 64-66; 69; 79; 83; 90; 92; 95; 100; 102; 105; 108; 110; 112; 114; 119; 121; 123	Só surge com o título de cavaleiro nas atas do Livro 1 (110); Coudel dos arnesados; "lançado por suspeito" de uma reunião camarária (Lv. 2, p. 239).
<b>Rui Borges</b>	-	313; 329; 330	-	Só surge com o título de cavaleiro nas atas do Livro 2 (329; 330); Cavaleiro do Rei D. Afonso V.
<b>Cavaleiro</b>	-	366; 368; 414	-	Referência apenas ao título, sem nomes associados

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

**Tabela 2 – Escudeiros (páginas em que surgem mencionados)**

	<b>Livro 0</b>	<b>Livro 2</b>	<b>Livro 1</b>	<b>Obs.</b>
<b>Diogo Leite</b>	-	314	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (314); Alcaide pequeno.
<b>Lopo de Mariz</b>	-	114; 115; 116	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (114).
<b>Rui Afonso</b>	-	477	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (477); morador na freguesia de Modivas; Meirinho da Maia.
<b>Rui Galvão</b>	-	329; 330; 335; 337; 343; 369; 387; 434; 444; 454	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (387); Secretário do Rei D. Afonso V; Aparece apenas como redator das cartas do Rei enviadas à cidade.
<b>Rui Martins</b>	-	-	47	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 1 (47); Morador em Avintes.
<b>Diogo Gonçalves</b>	-	431	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (431); Escudeiro do Duque de Bragança; Existem mais "Diogo Gonçalves", não sendo claro se algum deles poderá ser este escudeiro.
<b>Rodrigo Afonso</b>	-	247; 253; 258; 304; 319	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (319); Escudeiro de Fernando Álvares (cavaleiro); Eleito Meirinho da Maia, a pedido do Duque de Bragança.
<b>Estêvão Anes da Ponte</b>	-	196; 198; 203; 239; 260; 261; 277	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (277); Escudeiro do Infante D. Pedro; Corregedor de Entre-Douro-e-Minho.
<b>Rodrigo de Avidos</b>	-	249	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (249); Escudeiro do Infante D. Pedro.
<b>João Afonso de Carapeços</b>	-	70; 71; 123; 137	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (70); Escudeiro de João Rodrigues de Sá; Alcaide-pequeno
<b>Filipe Anes</b>	-	314; 342; 344; 346; 352; 354; 356; 371; 374; 378; 380; 383; 386; 388; 392; 395; 398; 400; 402; 404; 410; 421; 424; 428; 431; 439; 443; 445; 448; 449; 457; 458; 459	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (344); Escudeiro do Rei D. Afonso V; Escolar em Direito; Corregedor de Entre-Douro-e-Minho



Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4)

<b>Heitor de Teives</b>	-	392; 393; 419; 422	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (392; 419); Escudeiro do Rei; Escrivão dos órfãos, judeus e sisas
<b>Martim Afonso</b>	-	-	49	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 1 (49); Escudeiro de Riba-do-Douro; Existem mais "Martim Afonso", não sendo claro se algum deles poderá ser este escudeiro.
<b>Escudeiro</b>	-	343; 366; 403; 446; 451; 453; 455; 456	-	Referência apenas ao título, sem nomes associados; Na p. 403 do Livro 2 é referido um "escudeiro da Condessa de Vila Real", mas sem qualquer referência ao seu nome.